

#### **LEI MUNICIPAL N° 2.620/2017**

## "CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL COMDEC – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica Criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Iúna, diretamente subordinada ao Prefeito Municipal ou ao seu eventual substituto, vinculada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Segurança Pública, com finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil (prevenção, cooperação e recuperação), nos períodos de normalidade e anormalidade.

### Art. 2° Para as finalidades desta Lei, denomina-se:

- I Defesa Civil: O conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social;
- II Desastre: O resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;
- **III –** Situação de Emergência: O reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada;
- **IV –** Estado de Calamidade Pública: O reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios prejuízos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.
- **Art. 3°** A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil SINPDEC.
- **Art. 4°** A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil COMDEC compor-se-á:
- I Coordenador de Defesa Civil;
- II Conselho Municipal de Defesa Civil;
- **III -** Grupo Permanente.
- **Art. 5°** O Coordenador de Defesa Civil, cargo em comissão de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, com atribuições

estabelecidas no artigo 2° da Lei Complementar n° 05/2014, organizará as atividades da Coordenadoria, indispensáveis a proteção e defesa civil do Município.

# Art. 6° Compõe o Conselho Municipal de Defesa Civil:

- I Prefeito Municipal;
- II Coordenador de Defesa Civil:
- III Chefe de Gabinete do Prefeito:
- IV Procurador Geral do Município, ou seu representante;
- V Secretário Municipal de Assistência Social, ou seu representante;
- **VI –** Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, ou seu representante;
- VII Secretário Municipal de Interior e Transportes, ou seu representante;
- **VIII –** Secretário Municipal de Agricultura e Agronegócios, ou seu representante;
- IX Secretário Municipal de Saúde, ou seu representante;
- X Presidente da Câmara Municipal de Iúna;
- XI Um representante do Setor de Engenharia Municipal;
- XII Dois representantes da Sociedade Civil Organizada;

**Parágrafo Único** O Presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil será o Prefeito Municipal.

**Art. 7º** O Grupo permanente prestará todo apoio administrativo, técnico e operacional ao COMDEC e serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

### Art. 8° Incube à COMDEC:

- I coordenar e executar as ações de defesa civil;
- II manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à defesa civil;
- **III –** elaborar e implementar planos, programas e projetos de defesa civil;
- IV prever recursos orçamentários próprios, necessários às ações assistenciais, de recuperação ou preventiva, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- V capacitar recursos humanos para as ações de defesa civil;
- **VI –** manter a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil informada sobre a ocorrência de desastres e atividades de defesa civil;
- VII propor à autoridade competente a decretação de situação de emergência e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (COMDEC);
- **IX –** solicitar a colaboração de órgãos e pessoas não ligadas ao sistema, em caso de estado de calamidade pública ou situação de emergência;
- **X –** promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal;
- XI atuar coordenadamente com órgãos federais de defesa civil, tanto nos períodos de normalidade como anormalidade;



- **XII –** estimar e solicitar recursos de bens necessários à eficácia do seu desempenho;
- **Art. 9°** Constatada situação de emergência ou estado de calamidade pública, o Presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil poderá designar servidores públicos para colaborarem nas ações emergenciais.
- **Parágrafo Único** O servidor requisitado, na forma do **caput**, ficará à disposição da COMDEC, sem prejuízo do cargo ou função que ocupe, e não fará *jus* a qualquer espécie adicional de gratificação ou remuneração.
- **Art. 10** Superado a situação de emergência ou o estado de calamidade pública caberá à COMDEC:
- I estimar os danos e prejuízos causados no Município pela situação anormal; II propor, através da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, providências à obtenção de auxílios destinados a mitigar as consequências dos danos sofridos; III apresentar relatório à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil que indique medidas efetivas que atuem ou evitem eventuais desastres futuros.
- **Art. 11** Fica criado o Fundo Especial para Defesa Civil, destinado a manter as atividades do COMDEC.
- **Art. 12** A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.
- **Art. 13** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente, o Decreto 143/2002

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, 17/02/2017.

ROGÉRIO CÉZAR Presidente da Câmara